



Nome do examinando:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Seqüencial:

Área:

Assinatura do examinando:

Exame de Ordem 2007.1

Aplicação: 3/6/2007

CADERNO DE PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL E DE TEXTOS DEFINITIVOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém uma proposta para redação de peça profissional e cinco questões práticas, acompanhadas de páginas para os respectivos textos definitivos.
- 2 Assine apenas no local apropriado, no cabeçalho desta página.
- 3 **Atenção! As páginas de textos definitivos deste caderno são os únicos documentos que servirão de base para a avaliação da sua prova práctico-profissional.**
- 4 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 5 Será permitida a consulta apenas à legislação, a livros de doutrina e a repertórios jurisprudenciais.
- 6 Não se comunique com outros examinandos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 Tanto na peça profissional quanto nas cinco questões, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas fornecida será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) folha(s) de texto definitivo correspondente(s).
- 8 Caso a peça profissional e(ou) as respostas dadas às questões exijam identificação, utilize apenas a palavra ADVOGADO. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do examinando em local indevido.
- 9 É obrigatório o uso de caneta esferográfica de **tinta preta**. **Texto definitivo escrito a lápis (grafite) será anulado**. Será também anulado texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Não amasse, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador nos espaços destinados à transcrição dos **textos definitivos**, sob pena de ter sua prova anulada.
- 11 Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva o respectivo substitutivo. **Lembre-se:** parênteses não podem ser utilizados para tal finalidade.
- 12 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO

PEÇA PROFISSIONAL

A sociedade de economia mista Central Elétrica do Sul S.A. (CEES) é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica localizada em Porto Alegre – RS.

Visando evitar problemas com o fisco federal, estadual ou municipal, os dirigentes da CEES deliberaram por realizar minuciosa inspeção interna.

Nessa inspeção, foi constatado que, em relação ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS), a CEES recolheu, durante os anos de 2001 a 2006, quantia inferior à devida ao fisco. A diferença entre o imposto devido e o efetivamente recolhido perfazia a importância de R\$ 2.000.000,00.

Assim, a empresa procurou a fazenda pública municipal competente para realizar a denúncia espontânea e recolher o valor correspondente ao tributo devido, atualizado monetariamente.

Contudo, a autoridade fazendária se recusou a receber o valor devido caso não fossem incluídas multas punitivas e moratórias, o que acabaria por majorar a importância a ser recolhida em cerca de 40%, fato que impossibilitou que a CEES quitasse sua obrigação tributária, pois não dispunha de todo o valor cobrado.

Diante da situação hipotética apresentada, na condição de advogado da CEES, proponha a ação judicial que entender cabível para a defesa dos interesses dessa concessionária, abordando todos os aspectos de direito material e processual pertinentes e abordando, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

- ▶ possibilidade jurídica do pedido;
- ▶ pedido e causa de pedir;
- ▶ legitimidade *ad causam* ativa e passiva;
- ▶ pressupostos processuais;
- ▶ competência do juízo.

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 1/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 2/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 3/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

TEXTO DEFINITIVO – PEÇA PROFISSIONAL – 4/4

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 1

A Vinara Transportadora Ltda., prestadora de serviços de transporte de bens e valores, com sede em Anápolis – GO, foi contratada pela Caiçara Automóveis Ltda. para transportar carros 0 Km de São Paulo – SP para Vassouras – RJ, pelo preço total de R\$ 4.300,00.

Considerando a situação hipotética acima descrita, redija um texto que responda, de forma justificada e com fundamentação legal, os seguintes questionamentos: Qual o estado credor do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)? Qual a base de cálculo do ICMS? Quem é contribuinte desse imposto?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 1

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 2

Visando evitar o desperdício e controlar o consumo de água, um município brasileiro instituiu, por decreto, preços progressivos dos serviços de fornecimento de água, a serem pagos pelos usuários que excedam os limites de consumo previamente estabelecidos no próprio decreto.

Em face da situação supracitada, redija um texto em que responda, de forma justificada e com fundamentação legal, aos seguintes questionamentos: É possível instituir por decreto a majoração dos preços a serem pagos pelos serviços de fornecimento de água? O serviço de fornecimento de água é submetido ao regime do preço público (tarifa) ou de taxa? Quais as principais diferenças entre os regimes do preço público (tarifa) e o de taxa?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 2

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 3

O jornal impresso Notícia 10 foi autuado pela fazenda pública do município de sua sede por não recolher o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) incidente sobre serviços de transmissão de anúncios e de propaganda prestados a seus anunciantes, no importe de R\$ 30.000,00.

Diante da situação hipotética apresentada acima, redija um texto que responda, de forma justificada e com fundamentação legal, os seguintes questionamentos: Está em consonância com a imunidade tributária concedida ao jornal a cobrança do ISS sobre os serviços de transmissão de anúncios e de propaganda prestados pelo jornal Notícia 10? Serviços gratuitos podem ser tributados pelo ISS? Qual a alíquota máxima desse imposto, quando cabível?

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 4

Em maio de 2001, José firmou contrato de comodato com Sílvia. O objeto do contrato consistiu no empréstimo, a título gratuito, de imóvel residencial de propriedade de José, localizado na zona urbana de um município paulista. No contrato firmado entre as partes, restou consignado que Sílvia seria responsável pelo pagamento de todos os encargos incidentes sobre o imóvel, inclusive pelo pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbano (IPTU).

Em janeiro de 2007, José foi citado para apresentar defesa em execução fiscal em razão do não pagamento, nos últimos 5 anos, do IPTU relativo ao imóvel objeto do contrato ajustado com Sílvia.

Diante da situação hipotética acima apresentada, redija um texto que responda, de forma justificada e com fundamentação legal, ao seguinte questionamento: O contrato de comodato firmado com Sílvia é capaz de afastar a responsabilidade de José pelo pagamento do IPTU?

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!

QUESTÃO 5

A Spuma Colchões Ltda. adquiriu o estabelecimento da JL Colchões Ltda., dando continuidade à exploração da respectiva atividade empresarial da alienante, com razão social diversa.

Com base nessa situação hipotética, redija um texto que responda, de forma justificada e com fundamentação legal aos seguintes questionamentos: Em quais hipóteses a Spuma Colchões Ltda. será integralmente responsável e quando sua responsabilidade tributária será apenas subsidiária pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido de JL Colchões Ltda. devidos até a data do ato?

TEXTO DEFINITIVO – QUESTÃO 5

PARA USO EXCLUSIVO DO CHEFE DE SALA
 NÃO HÁ TEXTO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Não utilize esta página
em nenhuma hipótese!